

Investimento Direto Externo como gerador de capacidades dinâmicas para o desenvolvimento sustentável brasileiro: um estudo utilizando Soft System Methodology (SSM)

JULIA TERRA RIBEIRO DO VALE
UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO

MARCELO ELIAS DOS SANTOS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO (FEA-
RP/USP)

BRUNO GARCIA DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

NELSON OLIVEIRA STEFANELLI

LARA BARTOCCI LIBONI
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO (FEA-
RP/USP)

Investimento Direto Externo como gerador de capacidades dinâmicas para o desenvolvimento sustentável brasileiro: um estudo utilizando Soft System Methodology (SSM)

1. Introdução

Desde os anos 1970 o tema da globalização vem ganhando importância devido à crise estrutural do capital e expansão dos fluxos globais de investimento (CHESNAIS, 1996). Tal episódio se tornou possível em virtude dos avanços tecnológicos nos meios de transporte e comunicação. Nas últimas décadas, essa discussão se intensificou devido a crescente interdependência política e econômica observada entre as nações e por conta do salto nos fluxos de Investimento Direto Externo (IDE) (HIRATUKA e SARTI, 2011).

Esse processo de inserção internacional é concedido aos Estados e corporações enquanto um mecanismo de sobrevivência na ordem atual. A adoção de tal comportamento, no entanto, requer o domínio de recursos e competências que expressem elevada capacidade de absorção, adaptação e inovação (PFAJFAR e MITREGA, 2016). É nesse quadro que a abordagem das capacidades dinâmicas se encaixa, visto que ela ressalta noções ligadas a recursos, capacidades, competências e considera a dinâmica do mercado em suas proposições.

Paralelamente a esse debate, o tema do desenvolvimento sustentável também tem ganhado destaque pela ampla preocupação mundial e por confrontar o modelo econômico vigente, o qual tem se propagado principalmente através da internacionalização das empresas (TUROLLA e LIMA, 2010). Nesse sentido, é possível encontrar estudos que questionam a ligação entre esses dois tópicos e suas repercussões. Tais pesquisas evidenciam a complexidade envolta nessa relação e as divergências entre as conclusões propostas.

Os resultados apresentam discrepâncias para o contexto de países em desenvolvimento, uma vez que os princípios teóricos aplicados nestes estudos consideram a realidade de nações desenvolvidas (MORAES e OLIVEIRA, 2008). Assim, o presente trabalho se dedica a compreender como o processo de internacionalização de um país emergente, promovido pelos fluxos de IDE, pode agregar capacidades dinâmicas a nação de forma a contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

Este estudo se aprofunda no contexto de um país emergente, o Brasil, e considera uma via específica de integração internacional, os fluxos de IDE, a fim de responder a seguinte questão: Como a internacionalização de um país emergente pode afetar seu desenvolvimento sustentável? Portanto, o objetivo deste estudo é compreender a internacionalização do Brasil, sob a ótica dos fluxos de IDE, como um processo motivador de capacidades dinâmicas capazes de contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.

2. Referencial teórico

2.1 Globalização

Como afirma Beck (2015), a globalização é evolucionária, isto é, se configura em um processo fluido que está em constante mudança devido ao desenvolvimento da sociedade. Segundo o Banco Mundial (2001), trata-se da integração crescente das economias e sociedades ao redor do mundo. Além de contribuir com o crescimento de países desenvolvidos, tal processo também promoveu convergência entre os níveis de renda de nações desenvolvidas e subdesenvolvidas (PERROTTA e SUNNA, 2013).

Nos últimos vinte e cinco anos, a desigualdade global, ou seja, tanto aquela interna de uma nação quanto aquela entre países, aumentou consideravelmente (PERROTTA e SUNNA, 2013). O relatório sobre desenvolvimento humano divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) revelou um quadro bastante negativo no período de 1990 a 1995, momento este em que era possível verificar os primeiros resultados do processo de globalização (ATAÍDE, 1997). Evidencia-se que, além da expansão no nível mundial de pobreza, houve também a difusão dessa externalidade até mesmo para países ricos.

Tendo em vista que o estudo acima trouxe um panorama dos efeitos da globalização no desenvolvimento em seus primeiros momentos de vigor, até é possível considerar as premissas da curva de Kuznets (1955) em sua defesa. Essa representação gráfica expressa a hipótese de que o aumento da desigualdade de renda é uma tendência natural dos primeiros ciclos do desenvolvimento, mas se reverte ao longo do tempo com as próprias forças reguladoras do mercado, essa lógica também se aplica à área ambiental.

2.2 Investimento Direto Externo

De acordo com as definições do FMI e da OECD, o investimento direto reflete o interesse duradouro de um investidor em uma companhia de um país que não o seja o seu (DUCE, 2003). A escolha do IDE se faz interessante justamente por designar um investimento de caráter perdurável, uma vez que o investidor transfere recursos que serão injetados na capacidade produtiva de outro país (AMAL, 2007). Além disso, o investimento direto externo tem sido visto como o motor do desenvolvimento nas últimas décadas (ALFARO, 2017).

Há muitos estudos que tentam detectar as consequências dos fluxos de IDE em economias receptoras. A literatura mostra uma relação positiva entre IDE e crescimento econômico e, por conta desses resultados otimistas, a expansão de tais fluxos se tornou um

fenômeno global (MAHEMBE e ODHIAMBO, 2016). Assim, o uso de IDE enquanto indicador de internacionalização se mostra válido devido à importância e abrangência alcançada nas últimas décadas e também pelo destaque das economias em desenvolvimento nesse cenário.

O Brasil se tornou o grande receptor de IDE da América Latina após a década de 1970 (HIRATUKA e SARTI, 2011). Na década seguinte, a instabilidade econômica, o processo inflacionário e a crise da dívida externa acarretaram na reversão desse fluxo (FERNANDES e CAMPOS, 2008). Em 1990, o crescimento dos fluxos de IDE saltou no país em decorrência da liberalização dos fluxos de comércio e investimento (FERNANDES e CAMPOS, 2008). A partir de 2004, a tendência que se observou no Brasil e em outros países emergentes foi a conversão dessas nações em economias fornecedoras de IDE (HIRATUKA e SARTI, 2011).

2.3 Desenvolvimento Sustentável

Para a maioria dos autores que se dedicam ao estudo desse tema, o conceito ainda está em construção (CANEPA, 2007; VEIGA, 2005; ACSELRAD, 1999). Apesar da aderência ao conceito, devido ao seu apelo para que o mundo encontrasse novas formas de se desenvolver economicamente sem esgotar os recursos naturais e deteriorar o meio ambiente, também foi alvo de críticas por não esclarecer as demandas atuais e futuras, nem como estas poderiam ser atendidas (BARBOSA, 2008).

Camargo (2003) aponta que, apesar das frustrações no campo da prática, o conceito se propagou como uma possível solução aos problemas ambientais e sociais. Por outro lado, Layrargues (1997) declara que o termo só ganhou destaque e credibilidade a partir da inserção do setor empresarial no movimento ecológico. No que tange ao interesse das corporações, pode ser visto a partir de 1990, quando se reconheceu que os produtos impactavam o ambiente natural e as empresas eram responsáveis por apresentar soluções à sociedade (REDCLIFT, 2005).

Os padrões de consumo estabelecidos pela internacionalização confrontam a preservação do meio ambiente e expõem a incapacidade deste em se sustentar. Assim, não é de se espantar que ambos os temas, desenvolvimento sustentável e internacionalização, vem ganhando relevância de maneira concomitante e que estudos se manifestem na tentativa de analisar associações entre eles (TUROLLA e LIMA, 2010). Para Turolla e Lima (2010), a tendência mundial de internacionalização de empresas deve ser incorporada na questão da sustentabilidade, seja esta promovida através do comércio exterior ou IDE.

Pelo exposto acima, esta pesquisa considera os fluxos de IDE como a variável de

internacionalização nacional e o PIB, o Índice de Gini e as emissões de CO2 como os indicadores referentes ao desenvolvimento sustentável, abrangendo assim ao menos uma métrica de cada contorno do conceito.

2.4 Capacidades Dinâmicas

Desde 1990, a competitividade impulsionada pelo processo de globalização impôs às empresas a necessidade de constante adaptação e renovação de seus recursos e competências, a noção das capacidades dinâmicas captura essa essência (EISENHARDT e MARTIN, 2000; TEECE, PISANO e SHUEN, 1997). Para Teece et al. (1997, p. 516) “capacidade dinâmica corresponde a habilidade da empresa de integrar, construir e reconfigurar competências internas e externas para lidar com ambientes que mudam rapidamente”. Eisenhart e Martin (2000) apresentam uma visão pautada em processos, recursos e rotinas e defendem que uma firma adquira novos recursos e se reconfigura conforme o mercado em que ela está inserida.

Grande parte dos estudos associa a noção de capacidades dinâmicas à complementação do quadro teórico da Visão Baseada em Recursos (VBR). Trata-se de uma perspectiva que visa compreender como as empresas adquirem vantagem competitiva a partir de seus recursos e como isso pode ser sustentado ao longo do tempo. Penrose (1959) forneceu as primeiras percepções da perspectiva de recursos de uma firma, todavia, a visão baseada em recursos foi alavancada por Wernerfelt (1984) e popularizada por Barney (1991).

A essência desse modelo recai sob os recursos e capacidades da empresa, que são colocados enquanto geradores das vantagens competitivas. São estes recursos valiosos, raros, inimitáveis e não substituíveis que possibilitam a uma firma sustentar suas vantagens competitivas e implementar novas estratégias de criação de valor (CONNER e PRAHALAD, 1996; WERNERFELT, 1984). No entanto, apenas a posse de recursos diferenciados não é suficiente para garantir vantagem competitiva, além disso, é preciso que a empresa tenha capacidades distintas para fazer bom uso de seus recursos (PENROSE, 1959).

Adotando a natureza evolucionária da VBR, a abordagem de capacidades dinâmicas surge para preencher as lacunas deixadas (EISENHARDT e MARTIN, 2000; TEECE et al., 1997; ZAHRA e GEORGE 2002). Dessa forma, a abordagem de capacidades dinâmicas se mostra adequada para a análise proposta neste trabalho, uma vez que ela se embasa em critérios como aprendizado, integração, criação e reconfiguração de competências internas e externas (TEECE et al., 1997), além de considerar o dinamismo do mercado, aspecto crucial no tema da internacionalização.

3. Método

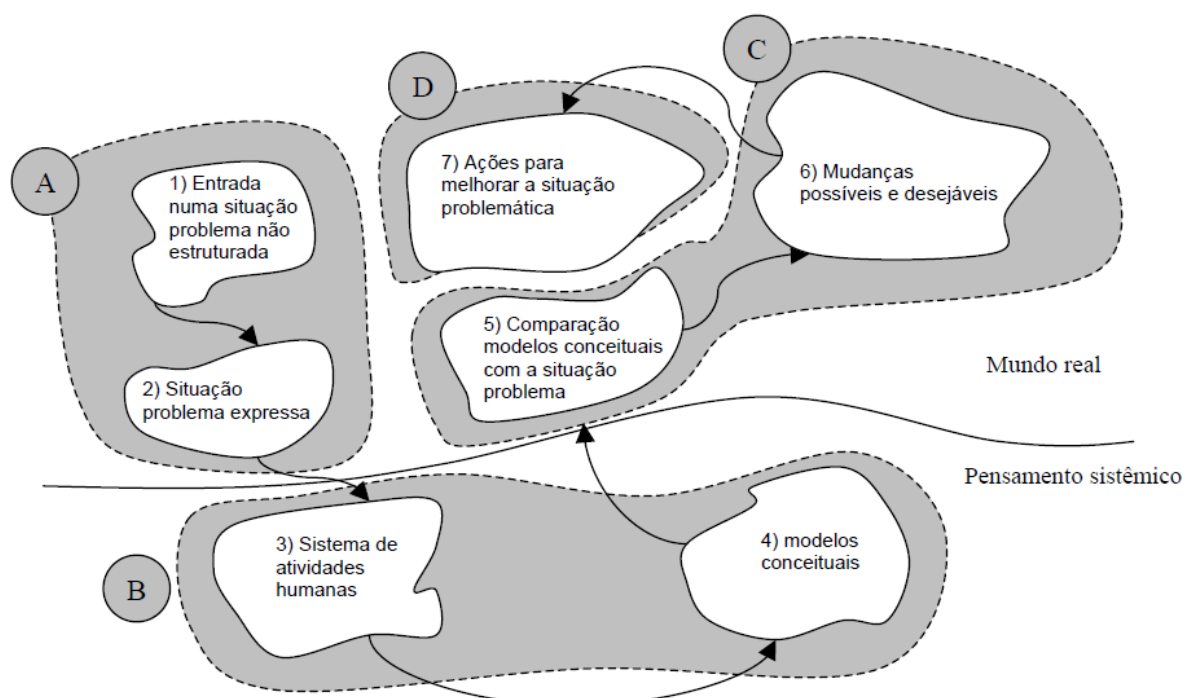
A pesquisa é de natureza qualitativa descritiva, ao expor características de determinado fenômeno sem haver manipulação de fatos observados (BERVIAN, CERVO e SILVA, 2002). Sua proposta é responder a seguinte questão de pesquisa: Como a internacionalização de um país emergente pode afetar seu desenvolvimento sustentável?

O método de pesquisa utilizado é o Soft System Methodology (SSM), que tenta resolver problemas de maneira sistêmica e em situações onde os mesmos se mostram pouco estruturados. A SSM – “Soft System Methodology” foi desenvolvida no Departamento de Sistemas e Administração de Informações da Universidade de Lancaster, por uma equipe liderada por Peter Checkland, a partir dos anos 60 (MARTINELLI; VENTURA, 2005).

A metodologia SSM foi escolhida por ser adequada a situações reais e complexas (FREITAS *et al.*, 2008), que envolvem diversos atores em questões de ordem econômica, sanitária, social, ambiental e de governança (VALENÇA, 2004). A aplicação dessa metodologia visa levar a análise a um nível que permita a emergência e o exame das diferentes visões de mundo às quais os atores envolvidos possam aderir (CHECKLAND; POULTER, 2006) a fim de definir um ponto de ajuste, o que se dá por meio da construção de um modelo conceitual.

Para sua execução, são requeridas quatro atividades básicas, as quais são representadas pelas letras A, B, C e D na figura abaixo. Estas sofreram alterações com a evolução dos estudos, sendo fragmentadas no modelo dos sete estágios proposto por Checkland, conforme Figura 1.

Figura 1 – As fases da Metodologia Soft Systems



Fonte: Bergue, 2005.

Para o levantamento de dados e informações desta pesquisa além de fontes secundárias de dados, também foram agendadas entrevistas semiestruturadas. Três entrevistas foram realizadas em junho de 2017, orientadas pelos tópicos apresentados no Quadro 1. A primeira entrevista envolveu um Gerente de Novos Negócios de um Parque Tecnológico, a segunda contou com uma Professora Doutora do departamento de Administração da FEA-RP e a terceira foi realizada com um Professor do departamento de economia da FEA-RP. A escolha dos entrevistados leva em consideração a complexidade do problema proposto e a necessidade de múltiplos olhares sugerida pela SSM. O Quadro 1 apresenta as questões utilizadas para a entrevista.

QUADRO 1 – Questões consideradas para as entrevistas

<p>Qual é o papel dos fluxos de IDE para o Brasil?</p> <ul style="list-style-type: none">- Como se configura a contribuição do IDE nesse quadro?- Como ela cria valor para o país?
<p>2. Como você enxerga a recente trajetória internacional brasileira, tendo em vista fluxos de IDE?</p> <ul style="list-style-type: none">- Investimento direto (longo prazo)- Investimento de portfólio (curto prazo)- Compra ou implantação de empresa (F&A e Greenfield)- Antecedentes (quais fatores macroeconômicos nós podemos associar a esse cenário)- Impactos políticos, econômicos, sociais, tecnológicos e culturais – vantagens e desvantagens
<p>3. E o grau de Desenvolvimento Sustentável atual do país?</p> <ul style="list-style-type: none">- Antecedentes- Papel do Estado (como fomenta o DS?)- Papel das multinacionais (como contribuem para o DS?)
<p>4. Qual é a sua visão acerca da relação entre IDE e o Desenvolvimento Sustentável nacional?</p> <ul style="list-style-type: none">- Quais relações nós podemos estabelecer entre esses dois fenômenos?- Qual a importância das relações do Estado com os mercados, por meio das multinacionais, no desenvolvimento do país?- Como a internacionalização força o Estado, as empresas e a população a adotar medidas sustentáveis?

5. Como os fluxos de IDE podem gerar capacidades dinâmicas que potencializem o desenvolvimento da nação?

- Como fomenta a capacidade de aprendizagem, adaptação e inovação do país?

6. Qual seria o cenário ideal brasileiro, em termos de desenvolvimento sustentável e como a internacionalização, por meio de IDE, poderia contribuir para sua construção?

- Quais ações poderiam contribuir para o progresso dessas mudanças?

Fonte: Elaboração Própria.

4. Resultados

Os resultados estão divididos de acordo com as sete etapas da metodologia empregada. Cada etapa é discutida com base na literatura e também em fontes secundárias relevantes.

4.1 Exploração da situação problemática

De encontro com Oliveira e Neto (2016), qualquer episódio que ocorre na economia brasileira se repercute em todas as esferas e camadas da sociedade. A interdependência desse fenômeno atribui aos governos papéis cada vez menos isolados e mais estratégicos na dinâmica internacional. Sob uma perspectiva de externalidades positivas, a UNCTAC (2016) reconhece que os fluxos de IDE estimulam a produção, o investimento na economia doméstica e em tecnologias. Por outro lado, as relações desse tipo de investimento com o sistema nacional de inovação e capacidade tecnológica do país dependem das parcerias entre setor público e privado e de características do IDE.

As decisões dos investimentos externos influenciam outros agentes, sinalizando áreas atrativas (WEN, 2007). Para Harrison (1996) a abertura ao comércio internacional remete ao acesso a insumos importados, a moedas estrangeiras, a ampliação do tamanho efetivo de mercado e especialização nacional. Assim, afirma que o IDE possui ligação com o aumento dos bens e serviços disponíveis ao consumidor e da qualidade destes, o que pode afetar na política de preços da concorrência e/ou na sua capacidade de inovação (OLIVEIRA e NETO, 2016).

Sob a ótica de externalidades negativas proporcionadas pelos fluxos de IDE, destacam-se a possibilidade de surgimento de oligopólios (UNCTAD, 2006), acesso a tecnologias já ultrapassadas (ARAUJO, 2016), modernização dos processos produtivos e redução da mão-de-obra empregada (OLIVEIRA e NETO, 2016), intervenções desfavoráveis

do Estado brasileiro (FERREIRA e NOGUEIRA, 2017) e transferência de operações perigosas e poluentes (COSTA e FERNANDES, 2016).

No que tange as capacidades dinâmicas, Carkovic e Levine (2002) sustentam que os conhecimentos e tecnologias transferidos via IDE ampliam as capacidades de inovação das economias. No entanto, para que efeitos positivos dos IDEs possam se repercutir pela conjuntura nacional, Warwick (2013) sublinha o papel dos formuladores de políticas públicas e Pitelis e Teece (2016) destacam a importância das políticas públicas e parceiras entre o setor público e privado.

Políticas públicas podem colaborar por meio da criação de laços com universidades e eliminação de burocracias administrativas associadas ao universo empresarial. Existe uma série de entraves no Brasil que são prejudiciais às relações governo-empresa e podem perturbar processos de co-criação. O termo Custo-Brasil reúne esses obstáculos, dentre os quais destacamos a carga tributária, a infraestrutura logística e sistema energético e de telecomunicações (BARBIERE e SILVEIRA, 2016).

A Figura 2 representa a situação problemática abordada, de forma a conectar os stakeholders presentes no ecossistema internacional e as suas perspectivas.

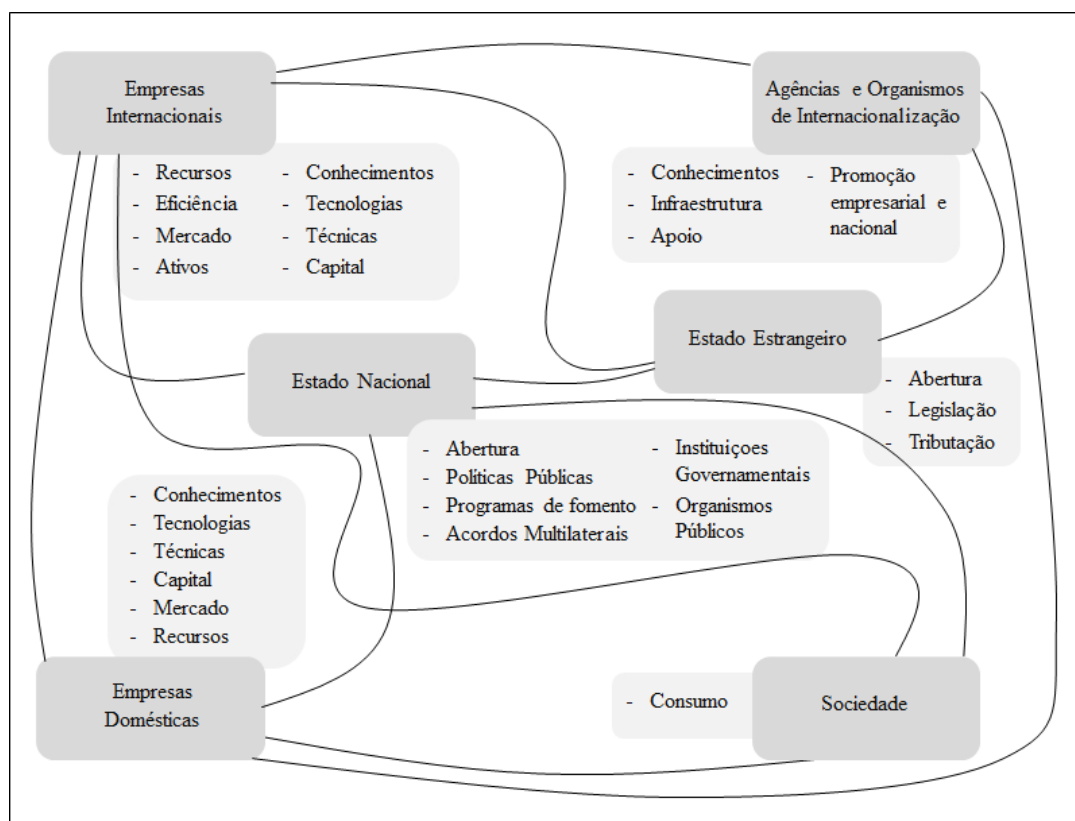


FIGURA 2 - Figura rica da situação problemática. Fonte: Elaboração Própria.

As agências e organismos de internacionalização executam um papel facilitador e catalisador desse fenômeno. Tais entidades também operam como canais de divulgação dessas companhias e de uma rede de cooperação. Nesse mesmo sentido, as ações do Estado estrangeiro se fazem relevantes conforme seu grau de abertura para o comércio internacional. A legislação interna e seu sistema tributário apresentam expressivo impacto para o sucesso das interações internacionais, bem como as políticas públicas, os programas de fomento a internacionalização e o apoio de organismos públicos.

4.3 Informações relevantes a partir da ferramenta CATWOE

Abaixo se tem a configuração dos elementos CATWOE para o cenário discorrido neste trabalho:

- Clientes e Stakeholders: Sociedade, Empresas domésticas e internacionais, Estado estrangeiro.
- Atores: Estado nacional e estrangeiro, Agências e Empresas em Geral.
- Transformação: incorporação do tema da internacionalização à agenda pública; reformulação de políticas governamentais destinadas à internacionalização; intensificação das relações multilaterais; fortalecimento das zonas de livre-comércio; promoção das relações entre agentes de inovação; incentivo nacional para P&D em tecnologias verdes; desburocratização do Estado para abertura de empresas; adoção de políticas com enfoque mais distributivo; reforma tributária pré-desenvolvimento.
- Visão do mundo: as modificações propostas podem contribuir para que os diversos agentes incluídos no processo de internacionalização conquistem novas capacidades dinâmicas e aprimorem aquelas já possuídas e, com auxílio destas, impulsionem o desenvolvimento sustentável nacional.
- Dono: Governo nacional
- Restrições ambientais: desequilíbrio entre o poder de barganha das empresas internacionais e o Estado; despreparo e falta de conscientização das entidades governamentais; barreiras culturais da administração governamental.

4.4 Modelo conceitual

Alicerçado nos constructos expressos, é apresentado na Figura 2 o modelo conceitual que estrutura o conjunto de atividades necessário para o alcance do objetivo proposto.

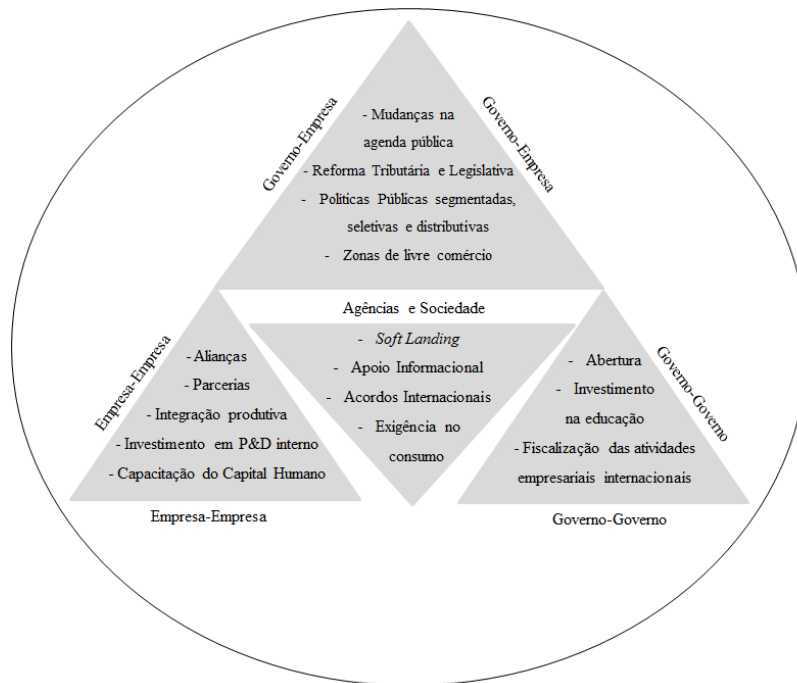


FIGURA 2 - Modelo conceitual. Fonte: Elaboração Própria.

A representação exposta acima se baseou no formato e lógica do modelo da diplomacia triangular. Uma novidade foi a inclusão do bloco “Agências e Sociedade”, devido a identificação de pontos de contribuição desses atores na relação internacionalização e desenvolvimento sustentável. As atividades sugeridas em cada bloco correspondem a ações que já ocorrem, porém que deveriam acontecer com mais frequência ou serem reformuladas e iniciativas que deveriam ser implementadas.

4.5 Comparativo entre o modelo conceitual e a realidade

Neste estágio retomamos a situação real e depreendemos uma análise, com o suporte dos dados coletados nas entrevistas, a fim de verificar as lacunas existentes entre o mundo real - sintetizado na figura rica construída - e o mundo ideal, consolidado na etapa anterior. Abaixo estão expressas as ações sugeridas no mundo ideal e seu status no mundo real.

- Em andamento: Mudanças na agenda pública orientadas à Internacionalização; Zonas de livre comércio; Alianças e Parcerias Internacionais; Apoio Informacional para a Internacionalização; Integração Produtiva; Abertura nacional.
- Ações escassas: Investimento em P&D interno; Capacitação do Capital Humano; Investimento na educação; Fiscalização das atividades internacionais; *Soft Landing*; Acordos Internacionais (Agências-Empresas-Estados); Consumo Exigente.
- Inexistentes: Reforma Tributária e Legislativa; Políticas Públicas segmentadas, seletivas e distributivas.

4.6 Mudanças possíveis e ações para melhoria da situação problemática

Nesta etapa temos a avaliação das medidas apontadas no estágio anterior, a qual contou com a ajuda dos profissionais entrevistados. Esta avaliação considera que todas as ações apresentadas na fase anterior são desejáveis, porém somente algumas são possíveis de serem implementadas no curto prazo. Estas seguem abaixo.

- Mudanças na agenda pública orientadas à Internacionalização;
- Zonas de livre comércio;
- Alianças e Parcerias Internacionais (Empresa-Empresa);
- Integração Produtiva; Abertura nacional;
- *Soft Landing*;
- Apoio Informacional para a Internacionalização.

As ações aqui propostas visam estimular o desenvolvimento de capacidades dinâmicas da figura Estado. Como ponto de partida, propõe-se a promoção de fóruns de discussão, que englobem atores chaves de cada uma das esferas da figura rica, e discorram a respeito do potencial da internacionalização para a prosperidade nacional.

Em um segundo momento, aconselha-se a avaliação das indústrias e regiões que necessitam de atenção e apoio governamental para posterior co-criação de políticas públicas e programas de incentivo. Também se sugere o intercâmbio do capital humano empresarial, governamental e acadêmico, como alternativa de absorção das capacidades dinâmicas e práticas estrangeiras ligadas à sustentabilidade e retorno destas à economia local.

5. Conclusões e Considerações finais

Esse trabalho se dedica a análise das capacidades dinâmicas geradas pelos fluxos de IDE que podem colaborar para o desenvolvimento sustentável nacional, à vista do avanço

dessas transações no capitalismo vigente, e aponta para as economias em desenvolvimento em decorrência de sua participação crescente nesses deslocamentos.

Os resultados com a metodologia SSM apontam a geração de externalidades positivas e negativas à nação. Enquanto as primeiras sugerem o desenvolvimento de capacidades dinâmicas favoráveis ao desenvolvimento sustentável nacional, as segundas revelam lacunas onde a incapacidade administrativa do Estado se instaura e onde relações cooperativas entre os agentes podem ser florescidas.

A comparação entre o mundo ideal e a realidade em estudo permite identificar ações em andamento com potencial para contribuir à construção de capacidades dinâmicas neste contexto. São sugeridos planos de ação para fóruns de discussão e uma agenda pública direcionada para a internacionalização. Por sua vez, a escassez de Pesquisa e Desenvolvimento, Educação e Fiscalização minimizam o potencial do IDE.

Sugere-se, a partir dos resultados encontrados, o foco em políticas de alianças e parcerias internacionais, bem como a integração produtiva e abertura nacional. A ampliação do contato nacional com o mercado externo pode contribuir para ampliação do IDE, bem como remodelar os recursos existentes numa perspectiva de capacidade dinâmica nacional.

Em termos de limitações da pesquisa, destacamos o caráter volúvel dos conceitos “internacionalização” e “desenvolvimento sustentável”, visto que são fenômenos que acompanham a evolução da sociedade, portanto que estão em constante mudança. Além disso, os estudos sobre capacidades dinâmicas ainda são muito direcionados ao ambiente corporativo, o que dificulta sua aplicação a um plano mais abrangente. Mais do que isso, a proposta construída por meio da abordagem sistêmica pode carecer de comprovação empírica. Sugere-se assim, estudos quantitativos para verificar se as proposições levantadas pelo SSM são corroboradas na prática.

Referências

- ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, v. 1, n. 1, p. 79-90, 1999.
- ALFARO, Laura. Gains from foreign direct investment: Macro and micro approaches. *The World Bank Economic Review*, v. 30, n. Supplement 1, p. S2-S15, 2017.
- AMAL, Mohamed et al. Determinantes do investimento direto externo (IDE) na América Latina: uma perspectiva institucional. *Revista economia*, v. 8, n. 2, p. 231-247, 2007.
- ARAÚJO, Fernanda Barbosa. *As relações entre o Estado e as multinacionais no desenvolvimento industrial do Brasil*. 2006. 58 f. Monografia (Graduação) – Faculdade de

Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006.

ATAÍDE, Maria Elza Miranda. O lado perverso da globalização na sociedade da informação. *Ciência da Informação*, v. 26, n. 3, 1997.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. *Revista Visões*, v. 4, n. 1, p. 1-11, 2008.

BARNEY, Jay. Firm resources and sustained competitive advantage. *Journal of management*, v. 17, n. 1, p. 99-120, 1991.

BECK, Ulrich. *What is globalization?* John Wley & Sons, 2015.

BERGUE, Luciane Xerxenevsky. Aplicação da metodologia Soft Systems (SSM) no desenvolvimento de projetos logísticos. 2005.

BERVIAN, Pedro Alcino; CERVO, Amado Luiz; SILVA, Roberto da. *Metodologia científica*. São Paulo: Pretence Hall, p. 482-493, 2002.

CARKOVIC, M.; LEVINE, R. *Does foreign direct investment accelerate economic growth?* Minneapolis MN: University of Minnesota Department of Finance, 2002

CANEPA, Carla. *Cidades sustentáveis: o município como lócus da sustentabilidade*. RCS Editora, 2007.

CONNER, Kathleen R.; PRAHALAD, Coimbatore K. A resource-based theory of the firm: Knowledge versus opportunism. *Organization science*, v. 7, n. 5, p. 477-501, 1996.

COSTA, Carla Guapo; FERNANDES, Francisco Rego Chaves. *Estratégias das empresas transnacionais no setor dos recursos naturais, responsabilidade social corporativa e desenvolvimento (in) sustentável: uma abordagem exploratória e algumas reflexões*. 2016

DUCE, Maitena. *Definitions of foreign direct investment (FDI): A methodological note*. Banco de Espana, 2003.

EISENHARDT, Kathleen M.; MARTIN, Jeffrey A. Dynamic capabilities: what are they? *Strategic Management Journal*, p. 1105-1121, 2000.

FERNANDES, Elaine Aparecida; CAMPOS, Antonio Carvalho. Investimento direto estrangeiro eo desempenho das exportações brasileiras. *Brazilian Journal of Political Economy/Revista de Economia Política*, v. 28, n. 3, 2008.

FERREIRA, Roberto Tatiwa; NOGUEIRA, Leilyanne Viana. Os impactos da abertura comercial e do investimento direto sobre o investimento doméstico. *Estudos Econômicos (São Paulo)*, v. 47, n. 3, p. 531-557, 2017.

HARRISON, Ann E. Openness and growth: A time-series, cross-country analysis for developing countries. *Journal of Development Economics*, v. 48, n. 2, p. 419-447, 1996.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. *Investimento direto e internacionalização de*

empresas brasileiros no período recente. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2011.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. *Revista Proposta*, v. 25, n. 71, p. 5-10, 1997.

MAHEMBE, Edmore E.; ODHIAMBO, Nicholas M. Does foreign direct investment cause economic growth? A dynamic panel data analysis for SADC countries. *International Journal of Emerging Markets*, v. 11, n. 3, p. 316-332, 2016.

MARTINELLI, Dante Pinheiro; VENTURA, Carla Aparecida Arena. *Visão Sistêmica e Administração: conceitos, metodologias e aplicações*. São Paulo: Saraiva, 2006.

MORAES, Walter F.; OLIVEIRA, Brigitte Renata Bezerra; KOVACS, Érica Piros. Teorias de internacionalização e aplicação em países emergentes: uma análise crítica. *Apresentação*, v. 1, n. 1, p. 221-242, 2008.

OLIVEIRA, Edson Freitas; NETO, Euclides Alexandre da Silva. A relação entre o capital estrangeiro e o estado no ordenamento jurídico brasileiro. *Etic-Encontro de iniciação científica*, v. 12, n. 12, 2016.

PENROSE, E. T. *The Theory of the Growth of the Firm* Wiley. New York, 1959.

PERROTTA, Cosimo; SUNNA, Claudia. *Globalization and Economic Crisis*. Rome: Universita del Salento, 2013.

PFAJFAR, Gregor; MITREĞA, Maciej. Global dynamic capabilities revitalized—a novel approach and future research directions. In: *2016 Global Marketing Conference at Hong Kong*. 2016. p. 995-997.

PITELIS, Christos N.; TEECE, David. *Dynamic Capabilities, Developmental Industrial Strategy and The Strategic SCA of Nations*. 2016.

REDCLIFT, Michael. Sustainable development (1987–2005): an oxymoron comes of age. *Sustainable development*, v. 13, n. 4, p. 212-227, 2005.

UNCTAD, Geneva. *World investment report*. 2006.

WARWICK, K. Beyond industrial policy: emerging issues and new trends. *Paris: OECD, Science, Technology and Industry Policy Papers*, n. 2, 2013.

WEN, Mei. Foreign direct investment, regional market conditions and regional development: A panel study on China. *The Economics of Transition*, v. 15, n. 1, p. 125-151, 2007.